

REPRESENTATIVIDADE: Sob a liderança de José Alberto, a BRASINFRA se consolida como a voz do setor.



EDIÇÃO 10/2025

CIRCULAÇÃO NACIONAL

RODOVIAS & INFRA

COMUNICAÇÃO DE ENGENHARIA

BRASIL QUE SE DESENVOLVE POR ESTRADAS



Em entrevista exclusiva, o ministro dos Transportes, Renan Filho, reconhecido pelas entregas concretas à frente da pasta, apresenta um panorama completo da malha rodoviária federal e os projetos que prometem revolucionar o setor.



FABRICIO GALVÃO
Diretor-Geral do DNIT



CARLOS BARROS
Diretor-executivo do DNIT



ANDRÉ PAES
Superintendente Regional do DNIT/AL



LICENCIAMENTO EM DISPUTA



Nova lei ambiental divide opiniões: ANETRAMS cobra qualidade técnica no processo de licenciamento

A recente aprovação do Projeto de Lei nº 2.159/2021, que deu origem à Lei nº 15.190/2025 — a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental — representa a mudança mais profunda no marco regulatório ambiental brasileiro desde a Constituição de 1988. Embora o discurso oficial destaque a desburocratização e a maior previsibilidade nos processos, os reflexos sobre o setor de engenharia consultiva ambiental, especialmente as empresas representadas pela ANETRAMS — Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes e Meio Ambiente, geram fortes preocupações.

Segundo a presidente da entidade, Dra. Luciana Dutra, a nova legislação pode provocar o esvaziamento da função técnica e estratégica

A lógica da autodeclaração substitui análises independentes e aprofundadas, o que compromete a qualidade da avaliação ambiental e reduz a transparência. Mais do que perdas econômicas, isso representa a desvalorização da expertise técnica que nossas empresas vêm construindo há décadas, em prol de um desenvolvimento sustentável e equilibrado.

desempenhada pelas consultorias ambientais no processo decisório:

“A lógica da autodeclaração substitui análises independentes e aprofundadas, o que compromete a qualidade da avaliação ambiental e reduz a transparência. Mais do que perdas econômicas, isso representa a desvalorização da expertise técnica que nossas empresas vêm construindo há décadas, em prol de um desenvolvimento sustentável e equilibrado”, destacou.





Entre os principais pontos de atenção, a ANETRAMS elenca:

- ✓ Redução da demanda por estudos complexos como EIA, RIMA e PCA, diante de mecanismos simplificados como a Licença por Adesão e Compromisso (LAC) e a Licença Ambiental Especial (LAE).
- ✓ Fragilização do papel de órgãos técnicos e intervenientes (ICMBio, FUNAI, IPHAN), que passam a ter prazo de apenas 45 dias para manifestação, sob pena de anuência automática.
- ✓ Risco de responsabilização posterior das consultorias ambientais por impactos de projetos nos quais não tiveram participação efetiva em decisões estruturantes.
- ✓ Tendência de verticalização da cadeia por grandes concessionárias, que internalizam equipes mínimas de meio ambiente, reduzindo a contratação de consultorias independentes.
- ✓ Enfraquecimento da inovação e da pesquisa aplicada, já que a menor exigência de estudos técnicos pode desestimular avanços metodológicos e tecnológicos.

Apesar disso, a ANETRAMS reconhece como positivo o veto presidencial ao dispositivo que previa a dispensa de licenciamento para obras de manutenção em rodovias pavimentadas — medida considerada crítica por entidades técnicas. Ainda assim, a associação alerta que a efetividade da lei dependerá de sua regulamentação infralegal.

“O desafio agora é assegurar que o licenciamento simplificado não se transforme em um processo meramente cartorial. É preciso que mantenha a qualidade técnica, o rigor metodológico e a independência que garantem a segurança socioambiental do país. A ANETRAMS seguirá mobilizada para defender a atuação das consultorias como pilares da governança ambiental brasileira”, reforçou Dra. Luciana Dutra.

Com isso, a entidade convoca seus associados e parceiros a permanecerem engajados no diálogo com o Poder Executivo e órgãos reguladores, para garantir que a implementação da nova legislação preserve o equilíbrio entre eficiência administrativa e proteção ambiental qualificada. ■

Luciana Dutra, Presidente do Conselho Executivo da ANETRAMS

Atua como Presidente de Conselhos Executivos há mais de 12 anos e, atualmente, é Presidente da Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura, Transportes e Meio Ambiente (ANETRAMS). Também é CEO da Hollus Consulting & Environment e palestrante em eventos nacionais e internacionais relacionados à infraestrutura e negócios.

Empresária com ampla experiência desde 2004 nos setores de serviços, engenharia e infraestrutura, meio ambiente e clima, além de sólida atuação jurídica e educacional. É fundadora e cofundadora de startups, com expertise em estruturação de negócios e consultoria estratégica para os setores público e privado.